



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 4 de maio de 2023

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,13% São Paulo	102.923 27/4 28/4 2/5 3/5	R\$ 4,992 (-1,09%)	R\$ 1.320	R\$ 5,518	13,65%	13,65%	Novembro/2022 0,41 Dezembro/2022 0,62 Janeiro/2023 0,53 Fevereiro/2023 0,84 Março/2023 0,71

JUROS

BC resiste a pressões e mantém Selic em 13,75%

Na primeira reunião após o governo ter apresentado projeto do arcabouço fiscal, Copom reafirma que é preciso "paciência e serenidade" na condução da política monetária e não indica quando poderá iniciar redução da taxa básica

» ROSANA HESSEL

Sem surpresas

Apesar das pressões do governo, Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central mantém a taxa básica da economia (Selic) em 13,75% ao ano pela 6ª reunião consecutiva

(Em % ao ano)



No topo

Com a manutenção da Selic no atual patamar, a taxa de juro real no Brasil, descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses, é a maior do mundo

Ranking	País	Taxa de juro real (ex-ante - em % ao ano)
1	Brasil	6,82
2	México	6,13
3	Colômbia	5,13
4	Chile	4,89
5	Filipinas	2,62
6	Indonésia	2,48
7	África do Sul	2,37
8	Turquia	2,20
9	Israel	1,65
10	Hong Kong	1,55
14	China	0,22
15	Rússia	0,20
16	Estados Unidos	0,08
38	Suécia	-3,50
39	Polónia	-5,37
40	Argentina	-13,02

Média Geral -0,29



Em alta

Mesmo com a Selic estável, juros no mercado não pararam de subir diante da piora das perspectivas no mercado de crédito, conforme dados levantados pela Anefac

Taxas de juros praticadas pelo mercado — Pessoa Física

Linha de crédito	Jan21 (Selic 2%)		Mar/23 (Selic 13,75%)	
	Ao mês (%)	Ao ano (%)	Ao mês (%)	Ao ano (%)
Juros do Comércio				
Cartão de crédito	4,66	72,73	5,52	90,55
Cheque Especial	11,19	257,10	14,68	417,43
	7,10	127,76	8,16	156,33
CDC Bancos				
Financiamento Veículos	1,34	17,32	2,18	29,54
Empréstimo Pessoal Bancos				
Bancos	3,18	45,59	4,12	62,33
Empréstimo Pessoal Financeira				
Financeira	6,21	106,06	7,27	132,13
Taxa Média	5,61	92,59	6,99	124,92

Valdo Virgo/CB/D.A Press

Fontes: Banco Central, Infinity Asset Management e Anefac

"O BC manteve a sinalização de que não há espaço para corte de juros nesse momento e que, para alcançar a meta de inflação de 3% no próximo ano, é preciso manter estes juros parados por um longo período. Ao mesmo tempo, ele é cuidadoso politicamente, reconhece os esforços do governo na área fiscal, e reduz a probabilidade de um cenário alternativo que teria altas adicionais de juros", destacou Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV.

Em relação ao novo arcabouço fiscal, Padovani destacou que o Copom explicou no comunicado que é preciso, primeiro, que ele seja aprovado pelo Congresso para, depois, aguardar os efeitos sobre preços de ativos e expectativas de inflação. "A mensagem não mudou. Ela vem apenas um pouco mais explicada."

Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor-executivo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e

Contabilidade (Anefac), observou que, mesmo com a Selic estacionada em 13,75% ao ano desde agosto de 2022, os juros cobrados pelo sistema financeiro não param de subir.

"Os juros praticados no mercado, que são muito mais elevados do que a taxa básica, continuam subindo porque o cenário de crédito está piorando com a quebra de empresas como Americanas, Itaipava, Oi, Marisa, que deram prejuízos aos bancos, que, agora, estão restringindo o

crédito. Além disso, o endividamento elevado das famílias e o baixo crescimento econômico, têm contribuído para o aumento do risco", explicou.

Conforme a Anefac, a taxa média dos empréstimos para a pessoa física passou de 92,59% ao ano, em março de 2021, mês do início do ciclo de aperto monetário, para 124,92% anuais, em março deste ano.

A decisão do Copom recebeu críticas de entidades patronais do setor produtivo.

Nos EUA, nova alta

O Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) aumentou a taxa básica de juros norte-americana em mais 0,25 ponto percentual, elevando o intervalo para 5% a 5,25%, como esperado pelo mercado.

No comunicado distribuído após a reunião em que decidiu subir os juros, o Comitê de Política Monetária do Fed (Fomc, na sigla em inglês) Fed reforçou a preocupação em reduzir a taxa de inflação para a meta de 2% ao ano no longo prazo e sinalizou que pretende enxugar a liquidez do mercado.

"A atividade econômica expandiu-se em um ritmo modesto no primeiro trimestre. Os ganhos de empregos foram robustos nos últimos meses e a taxa de desemprego permaneceu baixa. A inflação continua elevada", destacou o documento.

"O Comitê continuará reduzindo suas participações em títulos do Tesouro e dívidas de agências e títulos lastreados em hipotecas de agências, conforme descrito em seus planos anunciados anteriormente. O Comitê está fortemente empenhado em retornar a inflação ao seu objetivo de 2%", destacou o texto.

O documento faz ainda uma referência às recentes falências de dois grandes bancos norte-americanos, que levaram muitos analistas a apostar que a autoridade monetária iria interromper o processo de alta dos juros.

Na avaliação do Fed, o sistema bancário dos EUA "é sólido e resiliente". "Condições de crédito mais apertadas para famílias e empresas devem pesar na atividade econômica, nas contratações e na inflação. A extensão desses efeitos permanece incerta. O Comitê permanece altamente atento aos riscos de inflação", destacou.

De acordo com o comunicado, o Fomc "continuará monitorando as implicações das informações recebidas para as perspectivas econômicas". "O Comitê estaria preparado para ajustar a orientação da política monetária conforme apropriado caso surgissem riscos que pudessem impedir o alcance de suas metas", acrescentou. (RH)

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

País pode ser potência em energia limpa

» MARIANA ALBUQUERQUE*

O Brasil se encontra em posição favorável para enfrentar as mudanças climáticas com sucesso, de acordo com o Relatório sobre Clima e Desenvolvimento para o Brasil (CCDR, na sigla em inglês), divulgado ontem pelo Banco Mundial. Ainda conforme o estudo, o país pode se tornar

uma potência global de energia limpa, salvar a Amazônia e, ao mesmo tempo, proporcionar uma vida melhor à população.

O relatório avalia que o Brasil pode expandir a economia e combater as mudanças climáticas com investimentos relativamente modestos em agricultura, energia, cidades e sistemas de

transporte. Um fator que colabora para o cenário é a posição privilegiada do país em termos de acesso a energias renováveis, já que 80% da matriz energética é de fontes renováveis, enquanto a média mundial está entre 15% e 27%.

"Em primeiro lugar, o Brasil deve aproveitar sua vantagem em energia renovável para se tornar uma potência de energia, e, em segundo lugar, implementar um plano para proteger a Amazônia para as pessoas que vivem lá e para o próprio país", disse Johannes Zutt, diretor do Banco Mundial para o Brasil.

Zutt acrescentou que o caminho para se tornar uma potência de energia limpa não custaria ao país mais do que os planos de expansão do uso de combustíveis fósseis, porque os gastos iniciais mais altos seriam totalmente compensados pela economia subsequente.

Stephane Hallegatte, consultor sênior de Mudanças Climáticas do Banco Mundial e co-autor do relatório, afirmou que, em comparação com outros países, os custos econômicos e as necessidades de investimento no Brasil estão entre as mais baixas.

Ainda assim, ele enfatizou a

importância do combate ao desmatamento. "Como uma economia baseada em energia renovável, o Brasil está bem posicionado para competir no crescente mercado global de bens e serviços verdes. Mas, para ser verde, o Brasil também precisa reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa, que hoje ainda estão entre as 10 maiores do mundo, não porque usa combustíveis sujos, mas porque continua cortando florestas para produzir madeira", disse Zutt.

No relatório, o CCDR destaca os caminhos que o Brasil pode seguir para ter êxito no combate

às mudanças climáticas. Entre as principais recomendações estão cumprir a promessa de zerar o desmatamento ilegal até 2028; fortalecer a agricultura inteligente em termos de clima; realizar intervenções em toda a economia; acelerar reformas; promover o manejo de terra e usos sustentáveis; melhorar a eficiência energética; investir em soluções baseadas na natureza; e capitalizar as vantagens do país em energia renovável.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo